

O ESTADO NÃO MORREU

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S.Paulo, 21.7.1989

Caro Clóvis Rossi, você sabe que o considero um dos maiores jornalistas deste país. E um homem público com cujas idéias estou basicamente identificado. Entretanto, quem leu seus artigos na Folha relatando a virada para a direita liberal de Menem e relacionando-a com as mudanças aparentemente no mesmo sentido realizadas por Carlos Diaz Perez, na Venezuela, por Patricio Aylwin, candidato das oposições no Chile, e de Mário Covas, candidato do PSDB, no Brasil deve ter ficado com uma visão equivocada do fenômeno. A imprensa que se tem da leitura dos seus artigos é a do triunfo da direita, do triunfo das idéias neoliberais favoráveis ao Estado mínimo: "morreu o Estado", constata você, e pergunta em seguida, perplexo: "viva a iniciativa privada?" (Folha, 13 e 14 de julho).

É claro que você faz essa análise com preocupação. Percebe que essa mudança pode ser fruto do momento, que suas bases podem ser pouco sólidas. Mas afinal sugere, como se fosse uma constatação, o seguinte: já que no plano econômico o Estado foi derrotado pelo mercado, o que resta saber é se a iniciativa privada, sem o Estado, dará conta do recado, se o capitalismo brasileiro e latino-americano conseguirá ser de fato capitalista.

Caro Clóvis, compreendo sua preocupação, o avanço da direita neoliberal é realmente impressionante. Mas não tenha dúvida, o Estado não morreu. A história do Estado mínimo dos neoliberais é mera ideologia. Não há capitalismo forte sem Estado forte. O capitalismo brasileiro está em crise não porque o Estado brasileiro esteja forte, mas porque está fraco, quebrado, e desmoralizado pelo governo que o dirige.

O Estado não morreu. O que está morrendo é o Estado populista e desenvolvimentista. Em qualquer regime capitalista sadio é essencial um Estado forte, que regule e estabeleça parâmetros para o funcionamento do mercado. O mercado resolve apenas parcialmente o problema da produção e jamais foi capaz de resolver adequadamente o problema da distribuição da renda.

Compreendo que você estabeleça uma relação entre a posição de Covas e Aylwin com a mudança de Menem, mas ainda que haja semelhanças a diferença é enorme. Enquanto os dois primeiros representam a visão de uma nova esquerda e estão avisando seus leitores que estão mudando parcialmente sua visão sobre o papel do Estado antes das eleições, ao mesmo tempo que conservam seus compromissos básicos com os trabalhadores no que diz respeito à distribuição da renda e à democracia, Menem só revelou sua mudança depois de eleito, e sua guinada para a direita foi realmente radical, na medida em que estabeleceu uma nova aliança de classes na Argentina (veja meu artigo de 16 de julho nesta Folha).

Na verdade, Clóvis, o que está ocorrendo na América Latina, a partir da permanente dialética entre a centro-direita e a esquerda social-democrática, é uma grande reavaliação do seu modelo de desenvolvimento, e, portanto, de seu modelo de Estado, já que o Estado foi desde os anos 30 até os 70 o agente por excelência desse desenvolvimento. O empresariado privado e as empresas multinacionais tiveram também um papel, mas foi secundário em relação ao Estado.

O modelo de Estado que prevaleceu durante todo esse tempo era o do Estado desenvolvimentista, ou seja, do estado protecionista e subsidiador da acumulação privada, e, quando esta era inviável, do Estado investidor direto. Era também um Estado populista na medida em que visava o desenvolvimento sem custos, sem sacrifícios, no qual palavras como "estabilização" ou "ajustamento econômico" eram proibidas. Nesse modelo de Estado o bem-estar social - apesar do distributivismo ingênuo, populista, de alguns de seus participantes de esquerda - e também a ciência e a tecnologia foram deixados de lado.

Não obstante, esse modelo de Estado acabou sendo eficiente em promover altas taxas de crescimento na América Latina e particularmente no Brasil até o final dos anos 70. Mas a custo de distorções crescentes. E a partir dos anos 80 entrou em crise, deixou de ser um agente do desenvolvimento para se tornar um obstáculo ao desenvolvimento.

Não se pense que esse Estado desenvolvimentista foi construído pela esquerda. Ele foi obra mais da direita do que da esquerda, já que estava destinado fundamentalmente a apoiar a acumulação privada. Paradoxalmente, porém, esse Estado era apoiado ideologicamente mais pela esquerda desenvolvimentista e nacionalista do que pela direita. Esta limitava-se a usufruir os benefícios do Estado, enquanto diretamente, ou através de seus indefectíveis intelectuais orgânicos, repetia um gasto discurso liberal, que, recentemente, vem procurando renovar para transformá-lo no que hoje chamamos de neoliberalismo.

Agora, em toda a América Latina, é preciso reformar esse Estado. É isto que Mário Covas e Patrício Aylwin estão dizendo. Mas é óbvio que não se trata de reformá-lo de acordo com o modelo neoliberal, cuja única experiência prática (e muito

limitada) é a do tatcherismo inglês. O modelo liberal do Estado mínimo é mera ideologia, é um mito sem aplicação prática. Todos os grandes países centrais apresentam um alto grau de intervenção do Estado na economia, apesar do discurso liberal da maioria dos seus dirigentes. Em entrevista recente a este jornal José Guilherme Merquior, geralmente considerado um expoente do liberalismo no Brasil, criticava com muita propriedade a "estadofobia" que anda em moda, e declarava que "em todos os países em que o capitalismo revelou maior vigor, especialmente da Segunda Guerra Mundial para cá, como a Alemanha e o Japão, são países nos quais o Estado, longe de se demitir ou desaparecer, o que seria de resto inconcebível, é um Estado forte".(Folha de S. Paulo, caderno d', 16.7.89). Alain Touraine, em sua recente estada no Brasil, disse mais. Declarou que o grau de intervenção do Estado na economia nos países centrais não havia diminuído; simplesmente a forma de intervenção havia mudado. Agora o Estado, além de manter sua função de Estado do Bem-Estar, está envolvido em uma espécie de operação de guerra, uma operação voltada para as suas próprias fronteiras: a operação de auxiliar o setor privado a ganhar a batalha da competitividade internacional através de pesados incentivos à ciência e à tecnologia.

Ora, esta crise do Estado desenvolvimentista e populista latino-americano se leva a direita a uma equivocada sensação de triunfo, leva a esquerda a se renovar, a reavaliar suas posições.

Eu próprio já havia feito essa reavaliação em meados desta década. E quando fui ministro da Fazenda, em 1987, tentei pôr em prática as novas idéias. O Estado brasileiro interviu demais, regulou demais. Agora é preciso privatizar e desregular. E é preciso fazer ajustamento fiscal muito forte. Tudo isto para sanear o Estado. Para fortalecê-lo, não para enfraquecê-lo. Fraco, impotente, imobilizado, porque inchado, porque disforme, porque financeiramente quebrado, está hoje o Estado brasileiro. Depois de reduzido em suas dimensões e saneado financeiramente ele se tornará novamente ágil e forte, e será capaz de realizar seu papel de distribuir renda via gasto social e de dar apoio ao desenvolvimento de uma tecnologia nacional voltada não para a reserva de mercado mas para a competitividade internacional. E assim o Brasil poderá recuperar a estabilidade de preços e retomar o desenvolvimento econômico.